

## ESTUDO DE CASO SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS ESCOLAS DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Judith Zuleika Bertolucci Alves, Maria Cecília Machado de Mello, Maria Gabriela Siqueira, Evandro Aparecido Pecori, e-mail: mariacecilia.mc41009@gmail.com

### RESUMO

**Introdução:** a falta de informação sobre as leis constitucionais gera problemas com a interpretação da legislação. Desta forma, cabe ressaltar que a proteção dos dados pessoais é importante para preservar a privacidade individual das pessoas, já que, uma vez vazados, a entidade pode perder a credibilidade de seus colaboradores, e o indivíduo, sofrer intolerância diante das informações expostas. Portanto, destaca-se que esse estudo apresenta relevância significativa, uma vez que aborda um tema sensível na atualidade, que é a proteção da informação, seja ela em empresas públicas ou privadas, e, ainda, o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018). **Objetivo:** o artigo visa analisar e comparar as diferentes aplicações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nas instituições de ensino do interior do estado de São Paulo. **Metodologia:** para a elaboração deste artigo, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, gráficos e tabelas, os quais serviram para identificar obstáculos na aplicação da LGPD nas instituições de ensino. Assim sendo, também foram elaborados questionários, através da plataforma do *Google Forms*, para as três escolas no interior de São Paulo, que são os objetos desta pesquisa. Além disso, utilizaram-se textos de apoio que auxiliaram na elaboração do artigo. **Resultados e discussões:** a LGPD é responsável por garantir a proteção e o tratamento de dados pessoais de pessoas físicas e jurídicas (seja por meio físico ou digital) e se aplica a qualquer instituição, seja ela de esfera pública ou privada, desde que seja praticada no Brasil. Ela possui normas específicas sobre como deve ser feita a proteção de dados, impedindo o compartilhamento de informações de caráter sensível que possam tornar os indivíduos portadores desses dados vítimas de preconceito ou de qualquer outra atitude discriminativa. Além disso, a sua aplicação conscientiza a importância dos dados pessoais para os colaboradores e a responsabilidade para a sua gestão. Atualmente, com o avanço tecnológico, é ainda mais necessário garantir a segurança da informação, já que pode agregar valor e credibilidade para as instituições. Ataques de *hackers*, falhas humanas e acesso não autorizado aos dados podem ocasionar na perda, destruição ou vazamento das informações. Neste caso, os dados deverão ser coletados e armazenados de acordo com a necessidade e guardados em um local seguro, impedindo fissuras na segurança da informação e concebendo a capacidade de corrigir possíveis falhas no processo. Isso

acarreta uma melhor relação entre as instituições e os indivíduos que realizam o tratamento de dados, aumentando a credibilidade e evitando penalidades da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados). Apesar disso, muitas entidades não possuem conhecimento, dinheiro e tempo suficiente para se adequarem, de forma correta, à LGPD, ficando expostas a punições pela irregularidade em que se encontram. **Conclusão:** desta forma, ao final desse estudo, apresenta-se a discussão sobre o conhecimento ou não das instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, a respeito da introdução e utilização da lei geral de proteção de dados. Ressalta-se, ainda, que este trabalho apresenta estratégias para que as escolas possam implantar a LGPD de maneira segura e confiável.

**PALAVRAS-CHAVE:** DADOS. INFORMAÇÃO. INSTITUIÇÕES. LGPD. PROTEÇÃO.